

Viamão dá 190 terras para os índios

O prefeito de Viamão, Tapir Rocha, através do decreto 018/88, garantiu o assentamento de famílias Mbyás Guaranis, em 48 hectares da localidade de Cantagalo, no Distrito de Espigão, naquele município. O fato foi anunciado ontem, durante uma entrevista coletiva, pela direção regional da Associação Nacional de Amparo ao Índio (ANAI), que recebeu a notícia com júbilo, pelo fato de ser esta a primeira vez que um prefeito brasileiro concede terras aos indígenas e que viu nela uma iniciativa importante para que os índios tenham condições de sobrevivência física e cultural.

Não aceitando a tutela da Fundação Nacional de Amparo ao Índio (Funai), alguns dos restantes 1.500 guaranis, que chegaram a ser 100 mil no Estado, vivem desde 1978, em Cantagalo e Osório. Por tradição e cultura, eles costumam procurar terras próximas ao mar e locais de mata, vivendo do plantio de milho, mandioca, fumo e abóbora, que utilizam para o próprio consumo. A ANAI vem trabalhando mais com este grupo que não aceita a ingerência da Funai para preservar sua cultura. Segundo Ivori Garlet, um de seus membros, estas famílias guaranis possuem uma saúde precária, tendo sido atingidas com frequência por doenças como o sarampo, a tuberculose e a pneumonia, adquiridas no contato com os brancos.

Os integrantes da ANAI continuarão lutando para que os guaranis, que habitam uma área de 250 hectares, em Osório, venham a ser beneficiados da mesma maneira que os de Viamão. Lá, uma parte da área pertence ao Estado e outra ao Município. De acordo com o vice-presidente da entidade, Rodrigo Venzon, o Governador prometeu, em novembro de 87, que determinaria a demarcação das terras indígenas mas, até agora, nada foi feito. A ANAI também aguarda a decisão do prefeito de Osório, sobre as terras de sua propriedade, onde habitam atualmente os guaranis.

Fim do acordo na Reserva

A Fundação Nacional do Índio (Funai), em ação conjunta com a Brigada Militar e Polícia Federal, realizou uma operação na Reserva Indígena de Nonoai, que terminou com o acordo existente entre os índios e produtores rurais, retirando estes últimos da área que ocupavam. Os agricultores, na última safra, cultivaram 8 mil hectares e colheram 40 mil sacas de soja. Até ontem, a Polícia Federal havia apreendido seis tratores, duas grades, três carretas, sementes de trigo e diversos implementos agrícolas. O delegado da Polícia Federal de Santo Ângelo deve chegar a Nonoai hoje para começar a ouvir os 280 produtores envolvidos. Ontem, foi aberto inquérito.

Os indígenas, preocupados com o abandono pela Funai, resolveram fazer um acordo com os produtores para cultivar uma área de reserva. Na última quarta-feira, a Funai através de uma denúncia anônima descobriu o acordo e terminou o contrato existente. Os indígenas, revoltados com a decisão da Funai, prometem represálias contra a atitude tomada pela entidade. Eles querem mais autonomia para conseguir benefícios, pois alegam que não estão recebendo apoio nenhum da Fundação Nacional do Índio. Neste sábado, mais de 500 índios devem se reunir na reserva, para decidir o que fazer sobre a atitude da Funai.

Projeto da Funai

Segundo informou a Funai, as benfeitorias e cultivos feitos na reserva pelos agricultores deverão passar a constituir patrimônio dos índios, devido à ilegalidade da presença de brancos em terras destinadas aos índios pela União. Conforme o advogado da Funai, Derli Cardozo Flúza, o órgão agiu amparado por "inequívocos preceitos legais" e com base nos artigos 18 e 34 do Estatuto do Índio, Lei 6.001, estabelecendo que as terras indígenas não podem ser objetos de arrendamento ou de qualquer ato que restrinja a posse da terra pelos índios, assim como recurso da Funai no sentido de solicitar colaboração das Forças Armadas para assegurar a proteção de terras ocupadas pelos índios.

A Reserva de Nonoai é uma das maiores áreas indígenas do Estado, com um total de 17 mil hectares, onde vivem cerca de 2.200 caingangues e guaranis. Além das lavouras de subsistência, cultivadas por suas famílias, os índios plantaram, durante a última safra agrícola, lavouras comunitárias de milho, soja, feijão e arroz. Segundo Francisco Eugênio dos Santos, administrador Regional da Funai em Passo Fundo, o órgão está desenvolvendo um projeto agrícola, com recursos da União, onde o índio tem uma participação integral na plantação e colheita. Segundo ele, toda a produção coletiva é revertida em benefícios para a comunidade. Francisco dos Santos disse que, com o dinheiro da produção agrícola, os índios estão adquirindo tratores, caminhões e outros implementos para a lavoura. Francisco Eugênio dos Santos ressaltou que os negócios ilícitos, como arrendamento de terras a terceiros, é feito por uma minoria da comunidade indígena que recebe dinheiro com a transação, enquanto a maioria, muitas vezes, fica sem terra para plantar. Os agricultores retirados da Reserva pela Funai e Polícia Federal, tinham plantado 150 hectares de trigo e mais 600 hectares que estavam sendo preparados para esta cultura de inverno.